



OS SERVIÇOS E A NOVA ESTRATÉGIA DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS — TEORIA ECONÔMICA E REALIDADE ECONÔMICA

João Metello de Mattos*

Neste trabalho o autor discute a importância do setor serviços na geração e distribuição de rendas e, nesse contexto, como se coloca o setor de Informática. Discute, também, as idéias-força envolvidas na estabilização da divisão internacional de trabalho existente e algumas pesquisas econômicas que justificam uma mudança na postura dos países do terceiro mundo, quanto à condução de políticas nacionais em setores de alta tecnologia. Aborda, ainda, conceitos como: livre comércio, concorrência, oligopólio, distribuição e controle de mercados e causas que explicam a rigidez de preços.

INTRODUÇÃO

Os detratores da Política Nacional de Informática costumam falar em forças de mercado, no valor da concorrência como estímulo à obtenção de maior eficiência, no xenofobismo, no isolacionismo tecnológico e em outros argumentos do mesmo gênero, que apenas encobrem a defesa dos interesses de empresas multinacionais que exploram serviços ou vendem equipamentos para a indústria da informação.

A Informática é apenas um dos itens que hoje as nações desenvolvidas pretendem ver incluídos no GATT (General Agreement on Tariffs and Trade – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

E o que pretendem os países desenvolvidos com a inclusão do item serviços no GATT?

“Ora”, dirão os prepostos defensores dos países desenvolvidos, “o que se deseja é apenas uma abertura de mercado, para que se instaure uma competição sadia”.

Os países ricos pretendem

*Bacharel em Ciências Contábeis; estatístico, analista de sistemas; Capitão-de-Corveta (IM) formado pela Escola Naval; Auditor Fiscal do Tesouro Nacional.

que os países pobres abram seus mercados nas áreas de serviços, especificamente em áreas financeiras (bancos), empresas de consultoria e engenharia (construção de barragens, ferrovias, estradas de rodagem etc.), argumentando que "a concorrência irá reduzir custos e introduzir um fator de eficiência na economia".

CONCORRÊNCIA, MONOPÓLIO E OLIGOPÓLIO

Sem dúvida, em tese, ninguém pode ser contra o regime econômico que privilegia o sistema de concorrência. Mas o que é necessário cuidar é se as pessoas que defendem, com ardor, essa tese não estão, conscientemente ou não, defendendo na prática, ou seja, quando aplicado a uma economia real de país do terceiro mundo, um regime fechado, quase monopólio, ou oligopólios que resultam em benefício de algumas grandes empresas transnacionais, em nada contribuindo para aumentar a eficiência da economia do país menos desenvolvido.

É necessário que se tome consciência de que afirmações colocadas como dogma, por parte de pensadores e dirigentes dos países desenvolvidos, são utilizadas com muita propriedade por eles, para manter uma situação de desequilíbrio no comércio mundial. Esse desequilíbrio favorece os interesses e os lucros das nações mais desenvolvidas, à custa do aumento da pobreza dos paí-

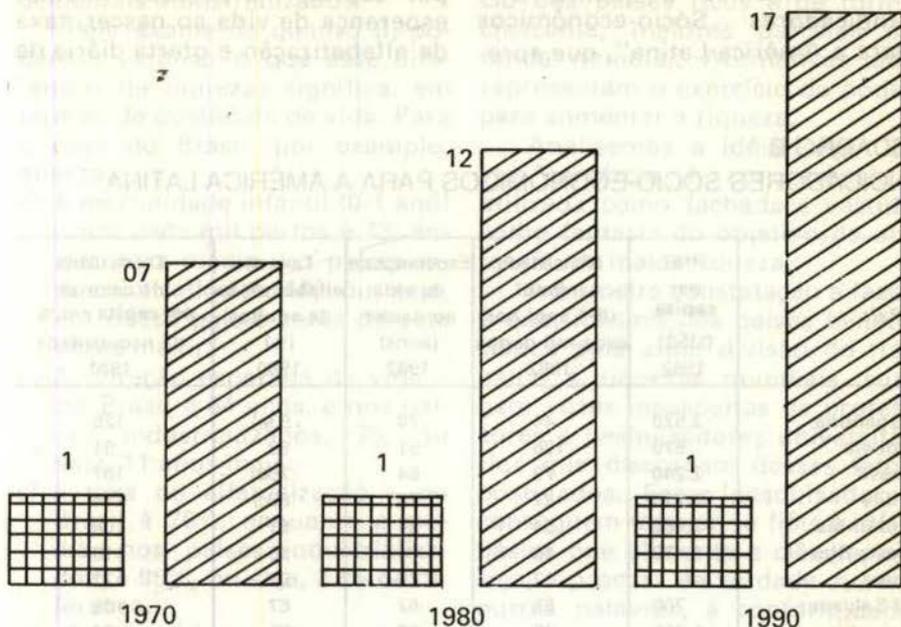
ses meios desenvolvidos. Estes são colocados à margem do progresso, pressionados em órgãos internacionais para aceitar, como uma coisa natural, a enorme desigualdade existente e induzidos, sob promessa de maiores empréstimos, a abdicar, em tratados internacionais, do encontro de soluções próprias para seus problemas de desemprego e pobreza crônicos.

Será que estamos sendo pessimistas, ao traçarmos um quadro que mostra um conjunto de forças (que, politicamente, poderiam ser classificadas como conservadoras) agindo de forma permanente para manter o **status quo**¹, estratificando e aprofundando os desequilíbrios existentes na distribuição da riqueza entre as nações?

Vamos tentar mostrar que não se trata de pessimismo. Observe o leitor o quadro A - "Relação entre as rendas **per capita** médias", calculada para os 24 países mais ricos e os 120 países mais pobres. Nesse quadro se vê

1. A manutenção do **status quo** pode ser exemplificada com o episódio da reclamação do Governo americano contra a Lei de Informática Brasileira, quando reclama da redução da parcela do mercado brasileiro dominado pelas empresas americanas, de 95%, em 1973, no início da aplicação da política de informática à situação de hoje, quando representa 50% desse mesmo mercado. A parcela de 45% ganha por empresas brasileiras, representa, segundo estimativas do Governo americano, US\$ 700 milhões que deixam de ser importados daquele país. De fato, o que não se aceita é uma nova partição do mercado brasileiro. (Folha de São Paulo de 07/02/86.)

QUADRO A RELAÇÃO ENTRE AS RENDAS PER CAPITA MÉDIAS

**Legenda:**

120 países mais pobres



24 países mais ricos



FONTE: Estudo da ONU.

Citado por: Joelmir Beting, **Folha Londrina**, 10/05/84.

que os países ricos, em um período de dez anos, de 1970 a 1980, aprofundaram sua distância dos países pobres em um fator cinco e, mantidas as condições atuais, no decênio seguinte, 1980 a 1990, teremos aumentada a distância repetindo o fator cinco. Significa dizer que, se em 1970, o

cidadão de um país central dispunha de 7 vezes mais renda que o cidadão de um país de periferia, em 1980 esse mesmo cidadão passou a dispor de 12 vezes mais renda. E a tendência da economia mundial é aumentar o diferencial existente.

E como se reflete esse aumen-

to de diferencial entre os países ricos e pobres?

Examinemos o quadro B – “Indicadores Sócio-econômicos para a América Latina”, que apre-

sentará uma comparação entre o Produto Nacional Bruto – PNB **per capita**, mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização e oferta diária de

QUADRO B INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS PARA A AMÉRICA LATINA

País	PNB per capita (US\$) 1982	Mortalidade infantil (0-1 ano) por cada mil partos 1982	Esperança de de vida ao nascer (anos) 1982	Taxa de alfabetização de adultos (%) 1980	Oferta diária de calorias per capita em % da necessidade 1981
Argentina	2.520	44	70	93a)	125
Bolívia	570	126	51	63	91
Brasil	2.240	73	64	76b)	107
Chile	2.210	27	70	89c)	114
Colômbia	1.460	54	64	81	108
Costa Rica	1.430	18	74	90	118
Cuba	–	17	75	95	121
El Salvador	700	65	62	67	106
Equador	1.350	78	63	81	97
Guatemala	1.130	72	63	62d)	94
Haiti	300	66	60	46e)	93
Honduras	660	110	54	23	96
México	2.270	83	60	60a)	96
Nicarágua	920	53	65	83	121
Panamá	2.120	86	58	90	99
Paraguai	1.610	33	71	85	103
Peru	1.310	45	65	84b)	139
Rep. Dominicana	1.330	83	58	80	98
Uruguai	2.650	34	73	94a)	110
Venezuela	4.140	39	68	82a)	107
Países Ocidentais industrializados	11.070 W	10 W	75 W	99 W	132 W

a) 1978; b) 1979; c) 1970; d) 1977; e) 1973

– Dados não disponíveis

W Médias ponderadas com a população

Fontes: **The World Bank, World Development Report 1984, Washington, D.C. 1984.**

The World Bank, World Tables. The 3rd edition from the data files of the World Bank, Vol. 2: Social data. Baltimore – London 1984.

calorias, entre vinte países latino-americanos e a média dos países ocidentais industrializados.

Pelo exame do quadro B, podemos verificar o que esse diferencial de riqueza significa, em termos de qualidade de vida. Para o caso do Brasil, por exemplo, quanto:

- a) à mortalidade infantil (0-1 ano) – por cada mil partos é 73, enquanto a média dos países industrializados é 10, ou seja, em nosso país é cerca de sete vezes maior;
- b) à duração esperada de vida – no Brasil é 64 anos, e nos países industrializados, 75, ou seja, 11 anos mais;
- c) à taxa de alfabetização – no Brasil é 76%, enquanto a média, nos países industrializados, é 99%, ou seja, 23% de diferença.

Se a realidade sócio-econômica mostrada pelos indicadores não nos satisfaz, devemos procurar soluções próprias, definindo objetivos realizáveis, que propiciem aumento da renda nacional, com aumento de emprego e redução da pobreza absoluta². Sem dúvida, a construção dessas soluções próprias passa, necessariamente, por uma fase inicial que é: identificar e selecionar, separando as forças em jogo em dois grupos (as de fachada, aparentes, e as reais, estas profundas e não declaradas) que se interpõem como obstáculos, ou resistências, ao atingimento dos objetivos nacionais.

Passemos a examinar as afirmativas mais usuais e verificar de

que forma elas são usadas para extratificar e congelar, em benefício dos países ricos e de forma crescente, maiores parcelas da renda mundial. Afirmativas que representam o exercício do poder para aumentar a riqueza.

Analisemos a idéia-força “livre comércio e concorrência”, utilizada como fachada e vestida como fantasia do objetivo de obtenção de maior riqueza.

A primeira constatação a fazer é que, mesmo nos países beneficiados pela atual divisão do trabalho e riquezas mundiais, surgem vozes insuspeitas de professores e pesquisadores universitários que discordam desses fatos postulados. Esses pesquisadores conseguem manter-se fiéis à idéia básica que alimenta a ciência, ou seja, a procura da verdade ou, em outras palavras, a conformidade da teoria com a realidade objetiva que nos cerca³. E a realidade não permite comprovar os dogmas do livre comércio e da concorrência.

Eis algumas afirmações desses pesquisadores que, por se

2. A pobreza absoluta não pode ser aceita como inerente às sociedades humanas, como fizeram crer os Darwinistas sociais (cujo representante mais influente foi Herbert Spencer – 1820-1903), uma vez que sulcos, suecos, japoneses, entre outros, conseguiram erradicar a pobreza de seus países.

3. Ver comentários mais extensos na página 28 do livro **A Sociedade do Conhecimento**, de João Metello de Mattos, editado pela Universidade de Brasília (UnB) em co-edição com a Escola de Administração Fazendária (ESAF).

manterem fiéis ao ideal científico, têm a coragem de se contraporem aos interesses das classes dominantes dos países desenvolvidos e de seus representantes nos países em desenvolvimento e que, por serem idéias que beneficiam pouco a manutenção da atual distribuição de riqueza, são pouco difundidas e comentadas.

Começemos com John Kenneth Galbraith. Em sua obra **Capitalismo**, quando analisa a realidade da Economia dos Estados Unidos, ele declara: "O oligopólio foi reconhecido como predominante, através de observações diárias e de investigação estatística"⁴.

O oligopólio se caracteriza quando um pequeno número de empresas controlam um mercado, impondo preços, eliminando a concorrência direta entre elas e unindo-se quanto à criação de dificuldades para a entrada de algum novo fornecedor e/ou para discutir com o governo, contra práticas de controle de preços. E, para melhor coordenar seus interesses e evitar uma concorrência de preços, as empresas que se encontram nessa posição chegam, até mesmo, a criar associações de fabricantes.

Entretanto, quando um dos fabricantes exerce uma posição de força no mercado, controlando mais da metade de seu valor, as empresas que compõem o oligopólio apenas acompanham os movimentos da empresa líder. Esta funciona como padrão, em relação à qual as demais estabelecerão seus preços, atingindo, as-

sim, como uma força de sustentação desses preços. Nesses casos, as empresas não-líderes para produtos similares, mantêm seus preços, por exemplo, em torno de 30% abaixo dos praticados pela líder, de toda forma assumindo o cuidado de não provocar uma guerra de preços com esta.

A líder provocará, de tempos em tempos, em razão da absorção de economias tecnológicas e de acordo com suas conveniências de realização de lucros e amortizações de investimentos, reduções de preços, a que as demais empresas devem acompanhar, mantendo estáveis os diferenciais relativos de preços entre seus produtos e os da líder.

Nesse caso temos um acordo tácito entre os fabricantes para a manutenção das regras não escritas, que favorecem a manutenção de um pequeno grupo de empresas de grande porte repartindo, entre si, o mercado.

O leitor poderá facilmente identificar, como exemplo do primeiro caso, a ANFAVEA - Associação dos Fabricantes de Veículos Automobilísticos (Brasil) e, do segundo, o mercado de computadores no Brasil, antes do estabelecimento da Política de Informática⁵.

4. John Kenneth Galbraith. **Capitalismo**, Zahar Editores, p. 53, 1960.

5. Em 1973, segundo o primeiro levantamento estatístico oficial em quantidades, apenas um fabricante americano detinha mais de 60% do mercado; no conjunto os fabricantes daquele país representavam cerca de 94%, sendo 100% do mercado atendido por importações - Boletim Informativo nº 1, CAPRE, vol. 1 - 1973.

A existência de oligopólios na economia capitalista moderna e seu poder econômico são atestados por economistas de grande prestígio, como Galbraith⁶, quando relata que: "As diretrizes da United States Steel Corporation, tiveram, durante muito tempo, poder para elevar e baixar o preço do aço."

Galbraith demonstra em seus trabalhos que os oligopólios não constituem uma exceção, mas o caso mais geral, em particular na Economia Americana, quando reconhece: "Supor que há razões para processar de acordo com a leis antitruste três, quatro ou meia dúzia de empresas que dominam um mercado é supor que a própria estrutura do capitalismo americano seja ilegal."⁷

Será que os oligopólios são apenas uma questão industrial?

Quem nos responde é um trabalho de pesquisa⁸ baseado em dados de 1980 (Quadro C), mostrando que produtos de agricultura de exportação tradicional dos países do terceiro mundo, tais como açúcar, café, milho, arroz, cacau, chá, banana e abacaxi, têm a formação de seus preços fortemente influenciada, ou mesmo "administrada", por um pequeno grupo de empresas transnacionais. No quadro podemos ver, por exemplo, que três empresas americanas são responsáveis pela maior parte da comercialização mundial de banana e, também, de sua industrialização.

Se na atividade agrícola não existe claramente o controle de mercado, pelos agricultores, uma

vez que a saída, por maior que seja, de um produtor individual do mercado não abala as cotações do produto na Bolsa de Mercadorias, no comércio de "Commodities" as transferências de propriedades dos estoques entre as grandes empresas industriais ou comercializadores de alimento é capaz de alterar as cotações em bolsa.

O questionamento da legitimidade do poder inerente aos grupos quando alcançam o controle de mercados foi feito por um líder americano já falecido, e a quem não se pode rotular de esquerdista: o Presidente Roosevelt. Na ocasião, ele declarou: "O poder de uns poucos para dirigir a vida econômica da nação deve ser difundido entre muitos ou ser transferido ao público e ao seu governo democraticamente responsável. Se os preços têm que ser dirigidos e administrados, se os negócios da nação devem ser adjudicados segundo um plano, e não pela concorrência, este poder não deve ser enfeixado nas mãos de nenhum grupo privado..."⁹

O oligopólio tem, como consequência, uma rigidez dos pre-

6. John Kenneth Galbraith. **Capitalismo**, Zahar Editores, p. 60, 1960.

7. John Kenneth Galbraith. **Capitalismo**, Zahar Editores, p. 63, 1960.

8. **Raw Materials Report**. Estocolmo, 1982.

9. Presidente Roosevelt - Mensagem de 29/4/1938.

QUADRO C

AS PRINCIPAIS EMPRESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS

Produtos	Principais Comercializadores	Principais Industrializadores	Vendas 1980 (em US\$ bilhão)
Açúcar	Tate & Lyle (Grã-Bretanha)	Gulf & Western (Estados Unidos)	5,3
	Sucres et Denrées (França)	Lonrho (Grã-Bretanha)	5,0
	Engelhard (Philipps) (Estados Unidos)	Tate & Lyle (Grã-Bretanha)	3,4
	E.D.F. Man (Grã-Bretanha)	Amstar (Estados Unidos)	1,8
Café	J. Aron (Estados Unidos)	Nestlé (Suíça)	13,8
	Volkart (Suíça)	Proctor & Gamble (Estados Unidos)	11,2
	ACLI International (Estados Unidos)	General Foods (Estados Unidos)	6,4
	Socorex (Estados Unidos)	Coca-Cola (Estados Unidos)	5,9
	General Foods and Proctor & Gamble (Estados Unidos)	Jacobs (Alemanha Federal)	1,6
Milho	Continental (Estados Unidos)	Cargill (Estados Unidos)	25,0
	Louis Dreyfus (França)	CPC International (Estados Unidos)	4,1
	Bunge & Born (Brasil)	Standart Brands (Estados Unidos)	3,0
	André (Suíça)	ADM (Estados Unidos)	3,2
	Cargill (Estados Unidos)	Bunge & Born (Brasil)	-
Arroz	Connel (Estados Unidos)	Cargill (Estados Unidos)	25,0
	Continental (Estados Unidos)	Continental (Estados Unidos)	-
	"Six Tigers" (Tailândia)		
Cacau	ACLI International (Estados Unidos)	Nestlé (Suíça)	13,8
	Volkart (Suíça)	Cadbury-Schweppes (Grã-Bretanha)	2,7
	Gill and Duffus (Grã-Bretanha)	Mars, Inc. (Estados Unidos)	2,3
	Internatio (Estados Unidos/Holanda)	Rowntree-Mackintosh (Grã-Bretanha)	1,5
	J.H. Rayner (Estados Unidos)	Hershey Foods (Estados Unidos)	1,3
Chá	Allied-Lyons (Grã-Bretanha)	Unilever (Liptons) (Grã-Bretanha)	24,3
	Unilever (Grã-Bretanha)	Associated British Foods (Twinning) (Grã-Bretanha)	5,8
	J. Finaly (Grã-Bretanha)	Allied-Lyons (Grã-Bretanha)	5,0
	Brooke Bond (Grã-Bretanha)	Brooke Bond (Grã-Bretanha)	1,6
	Associated British Food (Grã-Bretanha)	James Finaly (Grã-Bretanha)	-
Banana	R.J. Reynolds (Del Monte) (Estados Unidos)	R.J. Reynolds (Del Monte) (Estados Unidos)	10,4
	United Brands (Estados Unidos)	United Brands (Estados Unidos)	3,9
	Castle & Cooke (Estados Unidos)	Castle & Cooke (Estados Unidos)	1,7
Abacaxi	Mitsubishi (Japão)	Mitsubishi (Japão)	66,1
	R.J. Reynolds (Estados Unidos)	Nestlé (Libby) (Estados Unidos)	13,8
	Castle & Cooke (Estados Unidos)	R.J. Reynolds (Del Monte) (Estados Unidos)	10,4
		Castle & Cooke (Estados Unidos)	1,7

Fonte: Raw Materials Report, Estocolmo, 1982.

ços que não reagem a uma diminuição da demanda. A lei de oferta e da procura deixa de funcionar. Dessa forma, os preços se tornam pouco sensíveis a medidas monetaristas clássicas, antiinflacionárias, como comprovou a recessão de 1983 no Brasil, que não foi capaz de reduzir o ritmo de aumento dos preços. Na ocasião, ao invés de observar-se uma redução de preços, o que se observou foi uma redução da produção, com o incremento do desemprego. A redução das vendas de automóveis resultou no aumento dos preços, com redução da quantidade produzida¹⁰. Trabalho sob a recessão americana de 1929 a 1933, elaborado por Means para o "National Resources Committee"¹¹, sustentou que o fator dominante da insensibilidade à depressão é "o controle administrativo dos preços, derivado do número relativamente pequeno de companhias que dominam determinados mercados".¹²

Portanto, trabalhos científicos baseados no estudo da realidade econômica, desde meio século, vem nos indicando soluções diferentes dos dogmas simplistas do liberalismo do "laissez faire".

Mas por que se mantêm tão atualizadas tais teses simplistas, como a de defender o livre mercado, a desregulação, como se a concorrência perfeita fosse a regra e não a exceção? Por que ignorar a realidade complexa dos oligopólios, das empresas transnacionais e dos preços administrados?

Uma indicação para obter

uma resposta pode-se encontrar no lúcido artigo de Cerqueira Leite: "Quando empresários advogam uma economia regida exclusivamente pelas leis de mercado, estão de fato reivindicando para si próprios as decisões quanto à organização do processo produtivo."¹³

Se teses simplistas, fundadas em teorias engendradas no século XVIII, mantêm-se vivas, não é porque expliquem a realidade econômica, mas porque servem para justificar uma divisão internacional do trabalho que mantém a atual concentração de renda mundial. Disso resulta que hoje podemos classificar os países em dois grupos: os centrais e os periféricos. Os países classificados como periféricos são eternamente condenados a fornecer matéria-prima, sobre a qual lhes foge a fixação dos preços. E são impelidos a importar e consumir produtos manufaturados de alta tecnologia e serviços, inclusive financeiros, cuja fixação de preços, da mesma forma, lhes foge ao alcance. Aos

10. Joelmir Beting - "A Teoria é Outra", **O Globo**, 31/3/81.

11. G.C. Means, "Price Inflexibility and the Requirements of a Stabilizing Monetary Policy", **Journal of the American Statistical Association**, vol. 30, 1935.

12. James Arthur Estey, Ph.D. **Ciclos Econômicos sua Natureza, Causa e Controle**, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1965.

13. Rogério C. Cerqueira Leite. **O MIC e a Política Industrial**. (Folha de São Paulo, domingo, 13/10/85.)

países centrais cabe os serviços e os produtos de alto valor agregado, que estão associados à informação e ao conhecimento tecnológico.

Mas o que fazer, se reconhecemos que, na economia moderna, predominam os oligopólios e os quase-monopólios?

É possível encontrar solução em economistas que, de forma alguma, poderiam ser classificados como esquerdistas ou socialistas. É o que nos indica Galbraith: "A natural alternativa à concorrência é a regulamentação pública ou a planificação. Esta, de certo tempo para cá, é considerada a única alternativa."¹⁴

É dentro dessa alternativa que devemos ver o Plano Nacional de Informática que, ao invés de suprimir a concorrência, veio, isto sim, instituí-la. Só que esse clima de concorrência foi feito com ajuda de atividade governamental, criando espaço para o surgimento da empresa nacional, equilibrando de alguma forma o poder do quase-monopólio existente na área da indústria dos computadores, dominado por cinco empresas transnacionais.

E é esse o entendimento de líderes empresariais importantes como o Sr. Matias Machline¹⁵, quando declara: "Instituímos uma barreira aos investimentos estrangeiros no setor, é certo. Mas, atrás dessa barreira, deixamos que se instalasse a livre competição entre empresas privadas nacionais. Hoje, mais de 100 delas estão aí ocupando um lugar que, se não fosse a reserva, estaria re-

partido por meia dúzia de grandes grupos multinacionais."¹⁶

Os pesquisadores de teoria econômica dos países desenvolvidos e que, por uma questão basililar da ciência, têm-se que ater ao Postulado da Objetividade, isto é, devem guardar coerência com a realidade econômica, acabam chegando a conclusões que gostariam de não divulgar, para não alertar os países periféricos dos caminhos a tomar em defesa de seus legítimos interesses. Esses pesquisadores independentes, embora inseridos num contexto fortemente influenciado pela ideologia do livre comércio, acabam indicando soluções que contemplam uma forte interferência do Governo na economia, em especial para os países periféricos. Esses pesquisadores reconhecem que as empresas transnacionais, cujas matrizes situam-se nos países centrais, são as beneficiadas pelo dogma do livre comércio, porque só elas dispõem de suficiente poder para competir em qualquer parte do mundo. Por isso, os dirigentes dos países cen-

14. John Kenneth Galbraith. **Capitalismo**, Zahar Editores, 1960.

15. Matias Machline. Revista **Exame**, 15/10/85.

16. Em 1971, as empresas de fabricação americanas detinham cerca de 98% do mercado brasileiro, sendo que apenas uma delas controlava 73%, e três delas detinham sozinhas 96% - José Rappaport. **Bureaux de Processamento de Dados e seu Mercado no Brasil**, Revista de Administração de Empresas, FGV, jul/set, 71, p. 55.

trais defendem o livre comércio, como capa para mascarar o controle dos mercados do terceiro mundo por suas empresas. Entretanto, pesquisadores do país líder entre os industrializados acabam tendo que declarar, como compromisso com a verdade, do resultado de suas pesquisas, que "At least on theoretical level, free trade may not always be best" – Gene Grossman, um economista da Princeton University.¹⁷

Um grupo de economistas dessa universidade concluiu que "Subsidies and import protection for hightech industries might make sense because of the special role that research and development and experience play in those business".

A conclusão desse grupo de pesquisadores da Universidade de Princeton é que os países que desejam ter uma participação em indústrias de alta tecnologia, como é o caso da indústria de Informática, devem elaborar políticas próprias que contemplem um grau suficiente de proteção, para que as mesmas possam resistir às multinacionais. Os pesquisadores americanos consideram desnecessário que o Governo americano adote uma política similar, por julgarem que suas empresas são líderes no mercado mundial e suficientemente fortes para competir em escala mundial.

Isto implica que se pode concluir que pesquisadores americanos, quando independentes, isto é, não vinculados aos interesses das grandes empresas transnacionais e/ou do governo daquele

país, fornecem argumentos cientificamente embasados para justificar toda a Política de Informática, em boa hora adotada pelo governo e pelo Congresso Brasileiro com a Lei de Informática.

CONCLUSÃO

Voltamos a citar o professor emérito de Economia da Universidade de Harvard, John Kenneth Galbraith, quando declara: "Nada é tão importante na defesa da empresa moderna (transnacional) quanto o argumento de que seu poder não existe."¹⁸

Por isso, compreender a ênfase dos conservadores em defender a livre concorrência na área dos computadores que, de fato, não existia no Brasil e que, de fato, pretendem eliminar, restaurando todo poder ao quase-monopólio da indústria de Informática transnacional, é tão importante, pois está inserida no contexto mais amplo da distribuição de renda (salários/empregos) entre os países do terceiro mundo e os industrializados, via imposição de uma divisão internacional do trabalho. Por isso a Política Nacional de Informática do Brasil é tão criticada, pois ela não é apenas uma política industrial mas, muito mais que isto, expressa um caminho que se abre para o país de-

17. In *New Case for Protectionism by Syl Nasar-Fortune*, p. 33, 16/9/1985.

18. J.R. Galbraith. *Anatomia do Poder*, p. 124.

envolver tecnologia, criar empregos e melhorar sua distribuição de renda. Representa, de fato, tomar seu destino nas próprias mãos.

Em um paralelo histórico, devemos lembrar que o Brasil, até o ano de 1808, era proibido, por Decreto-Lei do Rei de Portugal, de fabricar qualquer produto industrial. Esse Decreto só foi revogado com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, face à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão.¹⁹

A lei portuguesa prejudicou, atrasando e impedindo o Brasil de acompanhar, em seu início, a segunda onda da industrialização. O Brasil era, então, colônia de Portugal. Hoje o país está conseguindo inserir-se na terceira onda industrial, a da Informática.²⁰

Tenta-se através do GATT o estabelecimento de uma legislação internacional sobre serviços, nesses incluindo a informática, o que, na prática, exerceria a mesma ação inibidora que o Decreto proibindo indústrias no Brasil exerceu a seu tempo.

A Suíça que soube ou pôde, à época, acompanhar a onda da industrialização, informa que atingirá uma situação de pleno emprego no ano 2000, podendo eliminar as condições de aposentadoria compulsória e empregar seus idosos, caso esses queiram permanecer em atividade.²¹

As mudanças tecnológicas em curso oferecem uma nova oportunidade aos países do terceiro mundo para sair do ciclo da pobreza porque, na nova civilização

informatizada, a inteligência humana será o fator de produção mais importante e o progresso humano repousará sobre o saber. Dessa forma a capitalização do conhecimento predominará sobre a capitalização material, na estrutura da economia.

Podemos dizer que a Informática é uma atividade de conhecimento intensivo, não necessariamente de capital intensivo, como querem fazer crer os detentores do quase-monopólio da Informática mundial.

Por tudo isso, se queremos, como nação, caminhar para a eliminação da pobreza no país, precisamos nos manter atentos e solidários, cooperando para que o Brasil, soberanamente, acompanhe a onda da Informática, mantendo e implementando seu Plano Nacional de Informática.

BIBLIOGRAFIA

- TOFLER, Elvim. **A Terceira Onda**.
TAPAJÓS, Vicente. **História do Brasil**.
MEANS, G.C. - "Price Inflexibility and the Requirements of a Stabilizing Monetary Policy". Journal of the American Statistical Association, vol. 30, 1935.
ESTEY, James Arthur, Ph.D. **Ciclos Econômicos sua Natureza, Causa e Controle**, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1965.
GALBRAITH, John Kenneth. **Capitalismo**, Zahar Editores, 1960.
MATTOS, João Metello de. **A Sociedade do Conhecimento**, Editora Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1982.

19. Vicente Tapajós, **História do Brasil**.
20. Elvim Tofler. **A Terceira Onda**, p. 253.
21. "Suíça não terá desemprego", Estudo da Sociedade Prognosis AG, de Basileia. (**O Globo**, 14/2/86.)

- GALBRAITH, J.R. **Anatomia do Poder**, Livraria Pioneira Ltda., 1984.
- LEITE, Rogério C. Cerqueira. "O MIC e a política industrial", **Folha de São Paulo**, domingo, 13/10/85.
- MACHLINE, Matias, **Revista Exame**, 15/10/85.
- RAPPAPORT, José. **Bureaux de Processamento de Dados e seu Mercado no Brasil**, Revista de Administração de Empresas, FGV, jul/set. 71.
- In New Case for Protectionism by Syl Nasar, **Fortune**, set/31/9/85.
- A Folha de São Paulo**, 08/02/86, p. 12.
- Boletim Informativo - CAPRE, vol.1, nº 01, 1973.
- RAW MATERIALS REPORT. Estocolmo, 1982.
- PRESIDENTE ROOSEVELT - Mensagem de 29/04/1938.
- JOELMIR BETING, "A Teoria é Outra", **O Globo**, 31/03/81.
- "SUÍÇA NÃO TERÁ DESEMPREGO". Estudo da Sociedade Progmos AG, Basileia, **O Globo** - 14/2/86.